

## **O IMIGRANTE: UMA FORÇA IMPORTANTE NO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA**

**Felipe Cunha Alves de Sena**

Acadêmico de Tecnologia em Comércio Exterior - Gerência de Serviços – CEFET-RN  
Av. Salgado Filho, 1159 Morro Branco CEP 59.000-000 Natal-RN  
E-mail: felipesena@digizap.com.br

**Kamila Alves da Silva**

Acadêmica de Tecnologia em Comércio Exterior - Gerência de Serviços – CEFET-RN  
Av. Salgado Filho, 1159 Morro Branco CEP 59.000-000 Natal-RN  
E-mail: kamila3105@hotmail.com

**Elisângela Cabral de Meireles**

Orientadora.

Professora do curso de superior de Tecnologia em Comércio Exterior do CEFET-RN; Pesquisadora/orientadora da base de Pesquisa em análise de mercado do RN  
Gerência de Serviços – CEFET-RN. Av. Salgado Filho, 1159 Morro Branco CEP 59.000-000 Natal-RN  
E-mail: elisangela@cefetrn.br

### **RESUMO**

O objetivo do presente trabalho é compreender a situação dos imigrantes sejam eles italianos, portugueses, espanhóis, alemães, dentre outros, como fator chave para a evolução política econômica e social do Brasil. Com firme participação no povoamento de áreas desabitadas, e na produção agrícola, como mão de obra substitutiva ao trabalho escravo, pode-se dizer ainda que desempenhou papel fundamental no desenvolvimento da indústria, na medida em que contribuiu para a formação e crescimento do mercado consumidor do país, e transformou a sociedade com seus hábitos alimentares, produtivos e culturais. No mundo industrial sua contribuição se deu de todas as formas possíveis, seja como força operária, seja pela aplicação de conhecimentos técnicos científicos desconhecidos no Brasil do século XIX e início do século XX, ou então como importadores de máquinas e matérias primas e financiador de outros imigrantes pequenos burgueses que desejassem implantar suas empresas no território brasileiro. Sua contribuição maior se deu, contudo, no caráter empreendedor e no seu desvinculamento para com as concepções arcaicas da elite econômica pátria que acreditava na vocação nacional como sendo meramente a de país agrícola exportador. Embasados em pesquisa bibliográfica, e apresentando, sempre que possível, dados numéricos e estatísticos, o presente trabalho analisa a importância da classe imigrante para a afirmação e desenvolvimento da indústria brasileira, não deixando de considerar o contexto histórico e econômico em que a mesma aparece. Chega-se então à conclusão de que se não foi indispensável ao processo de revolução industrial brasileira, o imigrante foi ao menos essencial para introduzir no país uma mudança de mentalidade, bem como para incutir na população novos hábitos de consumo.

**PALAVRAS-CHAVE:** imigrante; industrialização; Brasil

## 1 INTRODUÇÃO

O Brasil não nasceu país como nos o conhecemos. Foi fruto da colonização de uma terra que já existia, onde vários povos, os indígenas, co-habitavam, seja pacífica ou belicosamente. Durante o processo de ocupação da terra a Coroa Portuguesa enviou milhares de indivíduos na tentativa de povoar seu novo território, processo esse que é chamado de colonização. Para incrementar a força de trabalho a época existente, foi introduzido o elemento escravo, proveniente da África, que acabou constituindo a população negra do país.

Com a chegada da Família Real à colônia observou-se a necessidade de instauração de uma colonização mais efetiva nas províncias do sul da colônia, que se encontravam à mercê da invasão espanhola. A partir daí começou-se a incentivar a entrada de europeus sob a bandeira portuguesa com a intenção de povoar as regiões que hoje conhecemos com Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

Os léxicos definem imigração como sendo o fenômeno de uma pessoa se ingressar e se estabelecer em país estrangeiro. Desta definição podemos compreender que o fluxo de pessoas que existiu no território brasileiro antes de sua independência não se constituía em imigração por deveras, mas sim em mera colonização efetuada por país estrangeiro.

A imigração Brasil começa realmente a partir de sua independência em 1822, podendo ser dividida em três tipos: a de povoamento, a voltada para o trabalho assalariado, substitutiva da mão de obra escrava nas fazendas de café, e a de profissionais liberais que vieram para o Brasil para trabalhar seja como representantes de firmas comerciais, seja como autônomos.

O presente trabalho tratará principalmente destas duas últimas formas de imigração, considerando não só sua importância para o desenvolvimento econômico nacional como principalmente para a formação da indústria nacional.

Para a pesquisa foram utilizadas obras de autores renomados, bem como material eletrônico, sendo estes avaliados na expectativa de produzir um acompanhamento histórico, econômico e social da primeira fase da industrialização brasileira avaliando nesse contexto o fator imigrante.

## 2. O CONTEXTO BRASILEIRO NO MUNDO INDUSTRIAL DO SÉCULO XIX

Num contexto de insurreições e revoluções, a independência do Brasil da metrópole portuguesa em 1822 não ocasionou mudanças significativas no seu panorama social e econômico, sendo mantida a antiga estrutura produtiva relacionada ao modo de produção escravista e ao latifúndio agrário-exportador. Sucedeu, contudo, a alteração de nossa subordinação política que migrou definitivamente para o plano de influência inglesa, o qual já vinha se afirmando desde a assinatura dos tratados de 1810 entre Inglaterra e Portugal.

Durante a primeira metade do século XIX, o Brasil teve que encarar feroz competição de outros países agro-exportadores: Cuba e Antilhas; e o surgimento de novas tecnologias, como o caso da produção de açúcar de beterraba, o que acabou por minar as exportações de açúcar, bem como a de algodão, que encontrava concorrente de peso nos Estados Unidos da América, diminuindo assim drasticamente a receita de nossa balança comercial.

Os ideais iluministas, liberais e, sobretudo, os ideais econômicos ingleses, aos poucos foram calcando o fim da escravidão no Brasil. A revolução industrial exigia a abertura de novos mercados e a escravidão era um empecilho à sua afirmação. Desse modo vários acordos foram firmados, mas sempre descumpridos, em virtude dos interesses da aristocracia rural brasileira.

A partir da segunda metade do século XIX o aumento do consumo do café nos Estados Unidos e na Europa fizeram surgir um novo ciclo econômico no Brasil. Este, por sua vez, encontrou terras vastas e solos propícios para as plantações, bem como mão de obra excedente proveniente da então decadente economia mineira, além de grande quantidade de mulas e estrutura portuária razoável, instaurada na cidade do Rio de Janeiro, Capital do Império, para escoar a produção.

Iniciada na Província do Rio de Janeiro, logo a cultura se direcionou para Província de São Paulo, se desenvolvendo particularmente bem, em virtude das boas condições de solo e clima. Todavia, o empobrecimento dos solos do Vale do Paraíba, graças ao emprego de técnicas de produção rudimentares, levou à busca de novas terras para o cultivo e sua expansão até o oeste paulista e norte do Paraná.

A cultura do café, diferentemente dos outros ciclos econômicos pelos quais passou o Brasil, caracterizou-se por ser totalmente controlada dentro do nosso país, haja vista que antes a produção era feita aqui, mas deveria ser comercializada obrigatoriamente pela metrópole.

### 3. PRELÚDIOS DE UMA ECONOMIA INDUSTRIAL

Durante o novo ciclo econômico, sucedeu uma série de mudanças gradativas no itinerário econômico e tecnológico do país, de modo a acompanhar as transformações pelas quais o resto do mundo passava.

Primeiramente há que se considerar que o fim do tráfico de escravos proporcionou a liberação de uma grande quantidade de capitais. Aliado a este fator, a sobretaxação dos produtos estrangeiros promovida pela tarifa Alves Branco, estipulada em 1844 e que fixava taxas de 20 a 60% para os produtos de importação, e o aumento considerável das vendas do café no exterior possibilitaram o surgimento de um pequeno foco industrial.

A penetração da lavoura de café para o interior paulista inviabilizou, em virtude da distancia, o transporte do café no lombo de mulas, e a necessidade fez com que a revolução industrial da locomotiva a vapor chegasse ao interior do Brasil para efetuar sua ligação aos portos do litoral. Segundo Renault (1999, p. 32), ao tratar do desenvolvimento ferroviário brasileiro diz “entre 1854/1880 seu desenvolvimento é apreciável: 128 quilômetros, em 1860; cerca de 300, em 1870; 1264, em 1875; 1.288, em 1.880.” chegando, segundo dados do mesmo autor (1999, p.80) a 3.778 km em 1885.

Nesse contexto, visionários como Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, passam a perceber o potencial do econômico do Brasil. Surge daí estabelecimentos como o Estaleiro Ponta da Areia, a fábrica Santana, ligada ao setor têxtil, montada por Antônio Alves penteado, a fábrica Santa Cruz, produtora de tijolos mas, principalmente inúmeras oficinas, como é o caso das 33 manufaturas de chapéus existentes na cidade do Rio de Janeiro (Renault, 1999, p.36) dentre outras dando impulso ao primeiro surto industrial do Brasil.

No contexto de tais transformações é importante ressaltar uma coletânea de dados trazida por Sodré, apud Koshiba (1987, p.218) que diz que no decênio compreendido entre 1850 e 1860 se processa no Brasil uma verdadeira revolução política econômica e social, sendo que se instalam no país 62 empresas industriais, 20 companhias de navegação, 23 de seguro, 4 companhias de navegação, 23 de seguro, 4 companhias de colonização, 8 de mineração, 3 de transporte, 2 de gás, 8 ferrovias, 14 bancos e 3 caixas econômicas”.

De acordo como Renault (1999), todavia, a tarifa Alves branco só protege a incipiente indústria nacional até os idos de 1857, quando é operada uma reforma, conhecida como Sousa Franco que reduz as taxas sobre a importação, e em 1860 vem a lei Silva Ferraz que favorece novamente a concorrência estrangeira.

### 4. O IMIGRANTE INDUSTRIAL E O INVESTIDOR

Como foi visto anteriormente, no século XIX o Brasil estava se posicionando no mundo pós-revolução industrial. Em virtude do seu tamanho, riquezas naturais e contingente populacional, bem como pela crescente participação no comércio mundial passou então a despertar os interesses dos capitais estrangeiros excedentes. De acordo com Prado Jr., com as iniciativas privadas colaborará “sobretudo, o capital estrangeiro (o inglês em particular), ávido de captar em seu benefício as atividades de uma jovem nação em pleno florescimento”.(1998 p 195). As provinciais mais beneficiadas então foram a do Rio de Janeiro, por contar com a Capital do Império e, principalmente, a de São Paulo, face ao comércio cafeeiro e as atividades desenvolvidas ao seu redor.

De acordo com Dean (1991), a própria importação de bens de consumo implicava na necessidade da criação de uma indústria de transformação, haja vista que alguns produtos como biscoitos e pastas eram perecíveis demais, outros como ferragens exigiram um estoque caríssimo, e ainda haviam produtos cujas matérias primas poderiam ser adquiridas no próprio território nacional mais em conta do que se fossem embarcadas, era o caso do algodão e da juta para a fabricação de roupas para os escravos e sacos para o ensacamento do café. Lembra ainda o autor que isso permitia “ao importador investir em fornos de tijolos, serrarias ou vidrarias, que contribuíam para a construção de suas pontes, de sua maquinaria industrial ou para o engarrafamento de seus produtos” (Dean 1991, p 26), instaurando-se então uma espécie de indústria de transformação subsidiária que servia para agregar valor aos produtos importados da Europa, ou então propiciar sua venda no mercado brasileiro.

No referido contexto os importadores eram geralmente estrangeiros que também trabalhavam com exportação de café, como era o caso de Hacker Bromberg, com fabricação de tecidos e óleos vegetais, Byington & Cia., fabricação de tecidos, Davidson Pullen, fabricação de fósforos, Hugo Heise & Cia., metalurgia, dentre outros (Dean, 1991). Além de possuírem capital disponível para efetuar tais transações estes também tinham contato com os diversos compradores e fornecedores europeus, o que acabava por inviabilizar o grande afluxo de nacionais neste campo. Lembra ainda Dean (1991, p 27) que o importador, quando não era dono de suas próprias fábricas, costumava financiar os “industriais” brasileiros, de modo a garantir para si a exclusividade do comércio de produtos.

## 5. A NECESSIDADE DO CONHECIMENTO TÉCNICO ESTRANGEIRO

O surgimento das fábricas de tecidos, bem como o desenvolvimento da siderurgia, dos estaleiros, das linhas férreas e das locomotivas, trazia necessidades técnicas que o mercado nacional não podia suprir, pois não existiam no país escolas técnicas de engenharias. Comum se fazia então a importação de técnicos europeus os quais tinham a capacidade necessária para efetuar a instalação, operação e manutenção dos equipamentos. Foi o que sucedeu, por exemplo com o Estaleiro Ponta da Areia, em cujo anúncio citado por Renault dizia que contava com: “mais de 300 operários, entre os quais uma porção de engenheiros machinistas e moldadores, tirados das mais acreditadas oficinas da Inglaterra e Escócia.” (1999, p. 33). Diz ainda o referido autor que a mesma companhia foi responsável pela fabricação das tubulações e lampiões de ferro utilizados para promover a iluminação da cidade do Rio de Janeiro sendo que, para tanto, foram “[...] contratados engenheiros e mecânicos europeus enquanto o maquinário é importado da Inglaterra” (1999, p. 72).

Outras indústrias que surgiram ou então tomaram vulto a partir de imigrantes foram, de acordo com Renault (1999) a de chapelaria, a de bebidas e gelados, a tipográfica, a de móveis a de panificação e a de doces.

A atividade gráfica se espalhou em especial na corte. Com a vinda de vários estrangeiros, onde mais uma vez se destacam os franceses. O supracitado autor refere-se a personagens como: Plancher, Laemmert, Paula Brito, Ogier, dentre outros que geraram o marco inicial da atividade livreira no Brasil. Só a título de exemplo, diz o referido autor que em 1831 existiam 12 tipografias e 10 livrarias. Em 1860 o número de tipografias chegava a 30, um aumento de quase 70% em cada década, o que chega a ser expressivo se considerarmos que o índice de analfabetismo da população brasileira da época margeava os 70% (Renault, 1999).

Na área da alimentação notamos mais uma vez a presença do profissional estrangeiro. Como o milho e a mandioca eram abundantes na terra e se encontrava arraigado na cultura popular o seu consumo, o brasileiro não via o porquê da utilização do trigo em sua alimentação tanto que, segundo Renault, no Rio de Janeiro de 1816 existiam apenas seis padarias. A imigração de estrangeiros, por sua vez aumentou a demanda por artigos de trigo e, segundo Debret, apud Renault (1999, p. 65) “dois anos após a coroação do Rei (1820), a afluência de estrangeiros, principalmente franceses, provocou o estabelecimento de inúmeras padarias francesas, alemãs e italianas, já abundantes na cidade em 1929”. Em 1844, a capital contava com 33 padarias, e lembra ainda o autor que “a manufatura do pão evoluiu com o profissional estrangeiro, principalmente o francês” (Renault, 1999 p. 65).

## 6. A IMIGRAÇÃO EM MASSA

Num contexto de explosão desenvolvimentista mundial a economia brasileira caminhava a passos largos impulsionada, sobretudo pelas exportações cafeeiras que progrediram rapidamente, como se pode constatar pelos números apresentados por Koshiba (1987), de 3.176.000 sacas no decênio de 1821 a 1830 para 29.103.000 de sacas entre 1861 e 1870 e pela crescente demanda do produto nos Estados Unidos e na Europa Continental. A extinção do tráfico negreiro e as constantes pressões inglesas e sociais pela abolição dos escravos, entretanto, trouxeram um problema até então desconhecido: a possibilidade de falta de mão de obra.

Na tentativa de povoar o território brasileiro já se haviam introduzido imigrantes nas então províncias do sul do país. Por sua vez, o que se precisava durante a segunda metade do século XIX eram braços para trabalhar nas lavouras de café. Com a crescente escassez de escravos surge por meio do Senador Nicolau dos Campos Vergueiro, também cafeeiro, a idéia de utilizar mão de obra imigrante livre e remunerada em suas fazendas. Segundo Prado Jr. (1998), Campos Vergueiro introduziu em sua fazenda de Ibiacaba, no período compreendido entre 1847 e 1857, 177 famílias de alemães, portugueses, suíços e belgas. O sistema a princípio deu certo, sendo imitado segundo o autor por cerca de 70 fazendas. Entretanto, a idéia esbarrou primeiramente na mentalidade dos cafeeiros que se encontravam habituados a lidar com o trabalhador escravo, e por tanto acabavam por desconsiderar a qualidade do colono como trabalhador livre. Lembra Prado Jr. Lembra ainda que “[...] os contratos de trabalho que os imigrantes assinavam antes de embarcar na Europa e desconhecendo ainda completamente o meio e as condições do país onde se engajavam, eram geralmente redigidos em proveito exclusivo do empregador e não raro em acentuada má-fé” (Prado Jr. 1998, p.187).. Seguindo a explicação sobre o trabalho imigrante, o referido autor ainda diz que “[...] Doutro lado o recrutamento de colonos na Europa se fazia sem maior cuidado [...] Aceitavam qualquer candidato sem indagar de sua prestabilidade para o trabalho agrícola e sobretudo o pesado esforço exigido para uma agricultura tropical de desbravamento. (Prado Jr. 1998, p.187).

Deste modo não raro chegavam ao Brasil até enfermos e inválidos, o que era extremamente prejudicial aos fazendeiros que acabavam por arcar com o prejuízo. Koshiba (1987) ainda lembra que aliado às demais frustrações, o colono ainda tinha que arcar com as dívidas da viagem e uma taxa de 6% de juros ao ano, a qual jamais era saldada em virtude da baixa lucratividade das lavouras. Cita ainda o digníssimo autor que face às condições em que se encontravam, os colonos deflagraram uma revolta em Ibiacaba em 1857.

Lembra Prado Jr. (1998) que na Europa, principalmente na Alemanha e em Portugal, de onde saíram as maiores quantidades de imigrantes para o Brasil neste primeiro momento, começaram a surgir descontentamentos e a opinião pública ficou alarmada, sendo desencadeada forte campanha contra a imigração para o Brasil. A corrente emigratória portuguesa foi nessa época reduzida em cerca de 50% e a alemã chegou a ser proibida em 1859, passando a quase nula depois de 1862.

Não dando certo essa primeira tentativa de utilização de mão de obra imigrante, os cafeicultores do Oeste Paulista se valer da mão de obra excedente do Norte já decadente e do Vale do Paraíba, cuja produção dos cafezais vinham decaindo cada vez mais. Essa situação não poderia entretanto perdurar eternamente haja vista que a única forma de surgimento de novos escravos após a lei Euzébio de Queiroz era pelo nascimento, e esta forma fora extinta pelo advento da lei do ventre livre de 1871. Soma-se ainda a esse fator a grande quantidade de escravos libertos por terem se engajado nas forças militares brasileiras em virtude da Guerra do Paraguai. O fim da Escravidão no Brasil era apenas uma questão de tempo, e o problema da mão de obra era mais uma vez um mal que assolava a elite e os cafeicultores.

Nesta época, todavia, ocorreram dois fatores que propiciaram a retomada da imigração para o Brasil. O primeiro era a política de restrições impostas pelos Estados Únicos, antes grande receptor de imigrantes; o segundo eram as guerras de unificação e as perturbações políticas e sociais pelas quais passava a Itália.

O italiano, em virtude de questões étnicas, climáticas e lingüísticas tinha capacidade bem melhor que os alemães e demais povos do norte da Europa em se adaptar ao Brasil. Assim, de acordo com Prado Júnior (1998) o contingente de italianos que entrava no país, escasso até 1875, subiu em 1876 para quase 7.000 indivíduos, passando para mais de 13.000 no ano de 1877. De acordo com dados do IBGE (Bussula Escolar, 2006), no período de 1884 a 1893 o número de imigrantes italianos foi de 510.533, chegando ao seu auge na década de 1894 a 1903 quando se contabilizou 537.784, decaindo gradativamente a partir daí. O segundo maior contingente em número foi o de portugueses, cujo auge se deu entre os períodos de 1904 até 1913, com 384.672 tendo uma imigração constante com cerca de 200.000 pessoas a partir de 1914 até 1933. O terceiro maior contingente de imigrantes teria sido o dos espanhóis quem em seu período de maior fluxo, 1904 a 1913 chegou a 224.672 pessoas.

Essa nova fase da imigração vem sob um contexto diferente. É abandonado o sistema de parceria e os trabalhadores passam a se fixar nas fazendas como simples assalariados. Os imigrantes trazem ainda consigo necessidades alimentares, de vestimentas e de insumos, dos quais os escravos não precisavam para viver e trabalhar. Iniciava-se assim a formação de um novo mercado consumidor que se incorporava ao pequeno já existente e àquele que se formaria pelo ingresso dos negros libertos no mesmo.

## **7. O SURTO INDUSTRIAL ENTRE O FIM DO SÉCULO XIX E MEADOS DA I GUERRA MUNDIAL**

Durante os últimos anos do século XIX os lucros provenientes das exportações de produtos primários como o café, a borracha e o algodão, aliado a uma pequena indústria de bens de consumo não duráveis, principalmente alimentos, tecidos de qualidade inferior e bebidas, fez com que se instaurasse no Brasil um incipiente mercado de capitais. O estado de São Paulo foi o principal beneficiado com tal situação, sendo que o mesmo acabou por angariar diversas companhias bancárias e financeiras originadas nos grandes bancos europeus. Estas em um primeiro momento se destinavam ao comércio ultramarino, mas posteriormente passaram a financiar as operações de companhias comerciais e manufatureiras que operavam no Brasil.

Outro fator que importou no crescimento de tal mercado foi a presença da mão de obra assalariada, e em especial a imigrante que tinha a intenção de poupar parte do dinheiro de seus salários, na expectativa de remeter algum dinheiro para sua família no estrangeiro, juntar o suficiente para voltar para casa, ou principalmente, comprar sua própria terra e assim “fazer a América”. Para tanto, talvez por uma questão mais de identificação patriótica do que por garantias de segurança, os imigrantes depositavam seus rendimentos nos bancos de suas nacionalidades.

Os banqueiros europeus por sua vez não viam empecilho em financiar as indústrias paulistas, haja vista que para produzir dinheiro o capital tinha que circular, em especial quando tinham alguma vinculação com seus países de origem. Essas empresas se beneficiavam ainda da mão de obra imigrante a qual, a seus olhos, era mais prestativa e especializada para o trabalho. Segundo Dean (1991, p. 65) “As firmas alemãs invariavelmente ajustavam alemães, as firmas inglesas contratavam ingleses e assim por diante”.

Neste processo, pequenos burgueses europeus que haviam imigrado para o Brasil na tentativa de melhorar de vida se aproveitaram dos inúmeros fatores favoráveis. Lembra Dean (1991) que surgem assim casos como o de Giovanni Briccola, dono da primeira fortuna italiana de São Paulo chegara a São Paulo como engenheiro contratado pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro e, mais tarde ingressou no mundo dos negócios e dos bancos tornando-se



agente em São Paulo do Banco de Nápoles; Matarazo, imigrante calabrez que iniciou sua vida no Brasil comercializando banha de porco e em menos de 30 anos era o maior empresário da América do Sul, com um patrimônio que envolvia empresas de distribuição de banha, casas importadoras, moinhos de trigo, sacarias e cotonifícios, mantendo-se sempre à frente de seus concorrentes em virtude de seu tino comercial Rodolfo Crespi, que em 1907 possuía uma companhia de tecidos no valor de 2 milhões de dólares, dentre tantos outros que partilhavam um mercado, então em aberto, com eles.

Começam a surgir em São Paulo, também, investimentos diretos por intermédio de firmas organizadas no estrangeiro. É o caso da: *Société des Sucreries Brésilienses*, empresa francesa que se instalou no Rio de Janeiro e comprou 4 usinas paulistas na década de 1880; da São Paulo Alpargatas, empresa anglo-argentina de fabricação de lonas e sandálias; da J. and P. Coats dentre outras; que, como aduz Dean, mesmo participando de apenas pequena parcela do mercado industrial nacional, estas companhias “[...] não obstante foram úteis aos empresários imigrantes. Contrataram técnicos europeus, proporcionando assim o emprego inicial de futuros empresários. Forneceram aos imigrantes eletricidade, máquinas e materiais semi-acabados” (Dean, 1991).

A crise agrícola ocasionada pela super produção de café e pela baixa internacional do preço do produto, por sua vez trouxe consequência decisiva para o crescimento urbano, o grande influxo de pessoas que saem do campo para as cidades. Enquanto o Rio de Janeiro recebia migrantes internos, principalmente do norte, de minas gerais e do próprio Estado, São Paulo, passa pelo mesmo problema sendo diferentes apenas pelo fato de ser seu grande contingente de migrantes ser o dos estrangeiros que trabalhavam nas lavouras de café.

Conforme apresenta Renault (1999) é importante observar que o contingente de estrangeiros na força de trabalho urbana era considerável. Em 1883, na capital de São Paulo somavam 54,6% da população total, e em 1912 em algumas fábricas de tecidos apenas 18 % dos trabalhadores eram brasileiros natos. No Rio de Janeiro, em 1890, a proporção de estrangeiros na indústria manufatureira era de 39% dos operários, e no setor de transportes terrestres esse número era de 54%. Diz ainda o referido autor (1999) que de acordo com os dados da Repartição Estatística do Estado de São Paulo, em 1983, a porcentagem de estrangeiros e nacionais nas diversas atividades, apresenta índices de trabalhos mais elevados entre aqueles, como se vê nestes exemplos: indústria manufatureira – estrangeiros – 79%, nacionais 21%; transportes – estrangeiros – 81%, nacionais – 18,9%, comércio – estrangeiros 71,6%, nacionais 28,3%; atividades agropastoris – estrangeiros 31,8%, nacionais 68,1%.

## 7.1 Efeitos da I Guerra Mundial na Economia Brasileira

A eclosão da I Guerra Mundial trouxe modificações consideráveis ao cenário econômico Brasileiro. Primeiramente observa-se que houve uma redução considerável do consumo de gêneros de segunda necessidade, dentre os quais o café, por parte da Europa, o que acabou colocando a economia brasileira em uma nova crise.

O papel de exportador de produtos industrializados e importador de matérias primas sai do continente europeu e é repassado para a América do Norte, onde os Estados Unidos, em pleno auge de sua produção passa a suprir o mundo, incluindo-se aí o continente europeu de manufaturas.

No Brasil, a falta dos bens industrializados gera um espaço vago para a iniciativa industrial pátria, sendo que os capitais circulantes no mercado interno passam a abastecer a indústria nacional que agora se encontra em um novo surto. O estado de São Paulo passa então a suprir as necessidades do Rio de Janeiro, Minas Gerais e outros centros urbanos do Brasil, haja vista que o seu parque industrial estava mais bem preparado que o carioca, mais antigo, e portanto, menos produtivo, extremamente dependente das importações européias, enquanto que no Rio Grande do Sul se instaurava a indústria da carne enlatada para suprir as necessidades dos países europeus.

A entrada dos Estados Unidos na guerra abriu um novo mercado para os produtos têxteis brasileiros, haja vista que o esforço de guerra deslocava parte do setor produtivo para outras finalidades, assim, os mercados secundários dependentes de exportações européias, posteriormente americanas passaram a receber nos anos de 1917 e 1918 crescentes quantidades de tecidos brasileiros, além do que a ausência de importações de bens de produção fez desenvolver no Brasil uma incipiente leva de oficinas de “recauchutagem”. A indústria brasileira enfrentou entretanto um sério entrave ao seu desenvolvimento, à escassez de matérias primas, chegando a afirmar Dean que “[...] a primeira Guerra Mundial aumentou consideravelmente a procura de artigos manufaturados nacionais mas tornou quase impossível a ampliação da capacidade produtiva para satisfazer a essa procura.” (1991, 114).

## 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos até aqui, o imigrante, se é que não foi indispensável ao surgimento e à construção da indústria nacional, foi pelo menos essencial ao seu desenvolvimento e afirmação.

Estes estrangeiros trouxeram além de um crescimento considerável do mercado consumidor, a mudança dos hábitos de consumo. Ressalte-se ainda que os mesmos contribuíram largamente para a melhoria da qualidade técnica dos serviços aqui prestados, principalmente quando vinham como técnicos industriais para promover a instalação de maquinários dos industriais brasileiros e até mesmo como operários comuns, em virtude de já possuírem alguma qualificação.

Deve-se levar em conta, ainda, a sua significância no comércio exterior intermediando a importação dos bens de consumo e a exportação dos gêneros agrícolas, bem como sua importância como investidores que deram origem à acumulação de capitais no país e à criação de um sistema financeiro nacional. Por fim há que se ressaltar principalmente seu espírito empreendedor e seu desapego à tradição agrária brasileira que os levou a se aventurar no ramo da indústria e das finanças, tendo participação ativa e majoritária até que com o passar do tempo se integraram plenamente à população brasileira.

A preponderância do imigrante como fomentador do segmento industrial brasileiro persiste até que o Estado toma para si a prerrogativa da industrialização. Termina plenamente na medida em que os capitais externos definitivamente se instalam na estrutura produtiva nacional por meio das empresas transnacionais. Isso, entretanto, se mostra fruto de um novo processo econômico político e social pelo qual passa o mundo.

## 9. REFERÊNCIAS

Dean, Warren. **A industrialização de São Paulo**. Tradução de Octávio Mendes Cajado. 4 ed. Rio de Janeiro: 1991, Editora Bertrand Brasil S.A.

Imigração no Brasil IN: <[http://www.bussolaescolar.com.br/historia\\_do\\_brasil/imigracao\\_no\\_brasil.htm](http://www.bussolaescolar.com.br/historia_do_brasil/imigracao_no_brasil.htm) > acessado em 10/08/2006.

Koshiba, Luiz, e PEREIRA, Denise Manzi Frayze. **História do Brasil**. 5 ed. revista e ampliada. São Paulo: Atual Editora, 1987.

Prado Jr. Caio. **História Econômica do Brasil**. 43 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1998.

Renault, Delso. **Desenvolvimento da indústria brasileira: subsídio ao período de 1850 a 1939**. Serviço Social da Indústria, Conselho Nacional. São Paulo: 1999.